

Segunda edição da ‘Revista da Assejur’ tem lançamento programado para novembro

Publicação reúne trabalhos sobre temas importantes na área do direito, e será apresentada nas versões impressa e online. Artigos elaborados por assessores jurídicos foram submetidos a triagem do Departamento de Comunicação, e serão avaliados pelo Conselho Editorial

A *Revista da Assejur* será publicada, em sua segunda edição, no mês de novembro deste ano, nas versões impressa e online. Como aconteceu no número de lançamento, o próximo vai reunir artigos científicos de assessores jurídicos, além de trabalhos elaborados por convidados. Está programada uma nova entrevista – a primeira foi realizada com uma das maiores autoridades em direito administrativo do País, Romeu Felipe Bacellar Filho –, que vai tratar de temas importantes relacionados às carreiras jurídicas do Estado.

Triagem de artigos - Os artigos apresentados dentro do prazo de inscrição, que se encerrou no dia 27 de agosto, foram submetidos a uma triagem do Departamento de Comunicação, que ainda está em andamento. Em seguida, os textos serão analisados pelo Conselho Editorial, formado por profissionais da área do direito (*confira quadro abaixo*). Para a nova edição, a Assejur manteve um acordo de colaboração com universidades de Madri e Barcelona, na Espanha.

O Conselho Editorial da ‘Revista da Assejur’

- **Professores universitários** - Clerilei Aparecida Bier (Udesc e Universidad Complutense de Madrid), Francisca Moreno Romero (UCM, Universidad Rey Juan Carlos e Universidade de Barcelona), Jordi Garcia Viña (Universidade de Barcelona), José Luis Tortuero Plaza (UCM) e Jussara Maria Leal de Meirelles (UFPR e PUC-PR) e Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR)
- **Magistrados** - Jorge Oliveira Vargas (TJPR e UFPR), Luiz Osório Moraes Panza (TJPR e UFPR), Miguel Kfoury Neto (TJPR, UEL e PUC-SP), Rogério Coelho (TJPR e Universidade de Coimbra) e Telmo Cherem (TJPR e UFRGS)
- **Advogados** - Acir Bueno de Camargo (UFPR) e William Pugliese (UFPR)
- **Assessores jurídicos** - Luis Eduardo Rodrigues Marques (Universidade Metodista de Piracicaba), Marcelo Oliveira dos Santos (UFPR e Universidade Regional de Blumenau) e Mário Montanha Teixeira Filho (UFPR e Unicamp)

Pareceres administrativos - Durante a fase de avaliação dos trabalhos, o Departamento de Comunicação manterá aberta a possibilidade de envio de pareceres administrativos elaborados pelas várias assessorias que funcionam no Tribunal de Justiça. Nesse caso, a inserção dos documentos obedecerá a critérios específicos, como ordem de inscrição e temas abordados.

Reajuste na lei

A reposição de 2,76% para os servidores do Poder Judiciário está em vigor. O índice, que repõe a perdas inflacionárias acumuladas no período de doze meses, é retroativo a **maio deste ano**. A governadora Cida Borghetti chegou a vetar o projeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça. Em seguida, porém, os deputados estaduais derrubaram o veto em plenário. A sanção foi dada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB). A nova lei salarial recebeu o nº 19.610/18, e foi publicada no dia 21 de agosto. O reajuste vai ser incluído nas folhas de pagamento de setembro. Quanto aos retroativos a maio, o Departamento Econômico e Financeiro estuda a possibilidade de quitação em folha suplementar.

Cálculos desiguais

O Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça confirmou que o cálculo dos juros de mora referentes à PAE (Parcela Autônoma de Equivalência), uma verba paga à magistratura, utilizou critério diferente do que foi aplicado aos juros da URV devidos ao funcionalismo. Uma informação lançada no SEI nº 005771-30.2018.8.16.6000, aberto por solicitação da Assejur, esclarece que, na atualização da PAE, os juros moratórios foram de 1% ao mês até agosto de 2001 e de 0,5% a partir de setembro de 2001. Já nos atrasados da URV, o índice foi de 0,5% durante todo o período (de março de 1994 a outubro de 2008). O pedido da Assejur aponta essa desigualdade, e sugere a existência de possível **crédito adicional** em favor dos servidores. A matéria está no gabinete da Presidência, para análise.

No Órgão Especial

A Assejur vai encerrar o mês e agosto com atividades voltadas para o Órgão Especial. Os desembargadores do Tribunal de Justiça vão analisar, provavelmente a partir de setembro, um anteprojeto de lei, elaborado pela Presidência, com mudanças na estrutura de carreiras do Poder Judiciário. As alterações, segundo a administração, seguem exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que editou a **Resolução nº 219/16**, que determina a redistribuição da força de trabalho nos tribunais brasileiros. As ações da Assejur podem ser acessadas na área restrita da página na internet (www.assejurpr.com.br).

Novos benefícios



Duas empresas conveniadas com a Assejur anunciaram novos benefícios a associados à entidade e classe e seus familiares. Uma delas, Vereda Espaço de Yoga e Terapias, oferece desconto de 5% para as atividades contratadas. A empresa tem endereço na rua Celeste Santi, 358, em Curitiba. A outra atua na área do ensino, e abriu vagas para cursos de pós-graduação presenciais. É a Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Ao todo, são 360 horas no valor mensal de R\$ 558, para as seguintes áreas: Direito Constitucional, Direito Empresarial, Direito e Processo Tributário, Direito Penal e Processual Penal, Direito das Famílias e Sucessões, Novo Direito e Processo do Trabalho e Direito Processual Civil. A ABDCONST tem endereço na rua XV de Novembro, 964, 2º andar (www.abdconst.com.br).